

Madeira 14-20

Relatório de Execução Anual do Programa

Madeira 14-20

Ano 2018

Resumo para os Cidadãos

Cofinanciado por:





Programa Operacional

Objetivo: Investimento no Crescimento e no Emprego

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2014-2020

Número do programa (CCI): 2014PT16M2OP006

Designação do programa: Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020

Decisão da Comissão: C(2014) 10193 de 18.12.2014 (1ª versão)

C(2017) 7195 de 24.10.2017 (2ª versão)

C(2017) 8690 de 11.12.2017 (3ª versão)

C(2018) 8481 de 05.12.2018 (5ª versão)

Relatório de Execução Anual - Resumo para os Cidadãos

Ano do relatório: 2018

Data de aprovação pelo Comité de Acompanhamento: 03.06.2019

Nota Introdutória

Em cumprimento do estipulado no artigo 50.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, a partir de 2016 e até 2023 inclusive, os Estados-Membros têm de apresentar à Comissão um relatório anual sobre a execução de cada Programa Operacional no exercício financeiro anterior.

A Autoridade de Gestão (AG) deve apresentar o relatório anual de execução ao respetivo Comité de Acompanhamento (CA) para análise e aprovação, o qual será, posteriormente, enviado formalmente à Comissão Europeia.

O Relatório de Execução Anual do Programa Madeira 14-20, relativo ao ano de 2018, apresenta-se em conformidade com as disposições regulamentares comunitárias, designadamente o artigo 50.º do Regulamento acima identificado. Pretendeu-se, neste, dar uma visão global da implementação do Programa, nas suas diferentes perspetivas - estratégica, operacional e financeira - por forma a possibilitar a análise anual do Programa de acordo com o estipulado no artigo 51.º do referido Regulamento.

A coordenação global do Relatório de Execução Anual coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IP-RAM), enquanto Autoridade de Gestão (AG) do Programa Madeira 14-20, em articulação com os contributos de cada organismo associado à gestão, nomeadamente o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM (IDE, IP-RAM) e o Instituto para a Qualificação, IP-RAM (IQ, IP-RAM). É também de realçar o papel da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (Agência, IP), enquanto Autoridade de Coordenação, pela colaboração e pela disponibilização de informação indispensável à elaboração do presente relatório.

O Relatório de Execução Anual integra igualmente este Relatório Resumo dirigido aos cidadãos, sendo ambos os documentos objeto de publicitação (artigo 50.º, n.º 9, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro), nomeadamente através da sua divulgação no sítio de internet do Programa Madeira 14-20 e do portal Portugal 2020.

1. Identificação do Relatório de Execução Anual

CCI	2014PT16M2OP006
Título	Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020
Ano do relatório	2018
Data de aprovação do relatório pelo Comité de Acompanhamento	03.06.2019

2. Apresentação do Programa Operacional

O Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Madeira 14-20) foi aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C(2014) 10193, de 18 de dezembro, o que permitirá à RAM cofinanciar operações no âmbito das componentes Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE). Em 11.12.2017, através da Decisão da Comissão C (2017) 8690, o Programa vê a sua dotação reduzida em 2,1 milhões de euros FSE, com a reafectação correspondente à Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) do POISE.

A arquitetura de Eixos Prioritários do Programa Madeira 14-20 e os objetivos específicos associados às Prioridades de Investimento selecionadas refletem as opções estratégicas regionais constantes do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM 2014-2020 e encontram-se alinhados com as prioridades estratégicas formuladas pela Estratégia Europa 2020 e pelo Programa Nacional de Reformas (PNR), no enquadramento

dos Domínios temáticos da Competitividade e Internacionalização, da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, do Capital Humano e da Inclusão Social e Emprego.

As opções do Programa Madeira 14-20 encontram-se, igualmente, em linha com as prioridades da política de coesão para as Regiões Ultraperiféricas (RUP) sendo de salientar a relevância atribuída, por um lado, ao Apoio às Pequenas e Médias Empresas (quer no âmbito do reforço da competitividade via acesso aos Sistemas de Incentivos, quer em sede Compensação por Sobrecustos) e, por outro lado, à abordagem da Dimensão Social.

O Programa Madeira 14-20 está estruturado em doze eixos prioritários, mobilizando 401,2 milhões de euros de financiamento comunitário propiciados pelo FEDER (274 milhões de euros) e pelo FSE (127 milhões de euros), que permitirão assegurar um financiamento total de 472 milhões de euros.

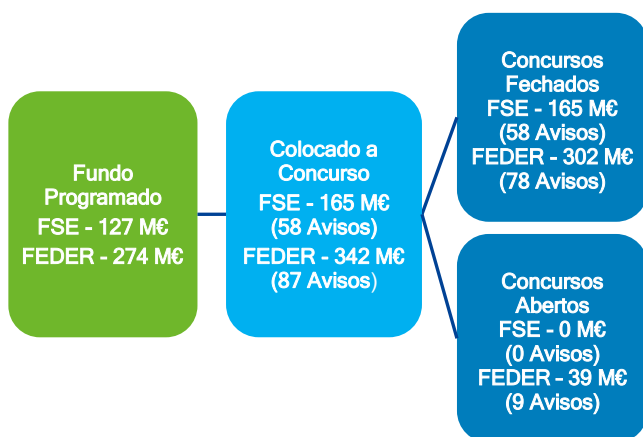
Eixos de Intervenção Estratégia Regional	Objetivos Temáticos Política de Coesão	Eixos Prioritários do Madeira 14-20
I&D, Inovação e Energia	Competitividade e Inovação	1. Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
Competitividade e Internacionalização		4. Apoiar a Transição para uma Economia de Baixo Teor de Carbono em todos os Setores
Sustentabilidade ambiental e Coesão Territorial	Desenvolvimento Sustentável	3. Reforçar a Competitividade das Empresas
		11. Sobrecustos da Ultraperifricidade
		4. Apoiar a Transição para uma Economia de Baixo Teor de Carbono em todos os Setores
Formação de competências	Formação do Potencial Humano	5. Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos
		6. Promover Transportes Sustentáveis e Eliminar Estrangulamentos nas Redes de Infraestruturas
Coesão Social	Coesão Social	7. Promover o Emprego e Apoiar a Mobilidade Laboral
[Capacitação Institucional]	Capacidade Institucional	9. Investir em Competências, Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida
		8. Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza
[Capacitação Institucional]	Capacidade Institucional	2. Melhorar o Acesso às Tecnologias de Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade
		10. Reforçar a Capacidade Institucional e a Eficiência da Administração Pública

3. Síntese da Execução Global e por Eixo Prioritário

O Programa Madeira 14-20 apresenta uma forte adesão por parte dos beneficiários, em resultado dos 145 Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC), publicados pela Autoridade de Gestão, 87 Avisos cofinanciados pelo FEDER e 58 cofinanciados pelo FSE.

Até final de 2018, já tinham sido apresentadas 3.851 candidaturas (3.707 na vertente FEDER e 144 na vertente FSE).

A dinâmica dos Avisos do Madeira 14-20

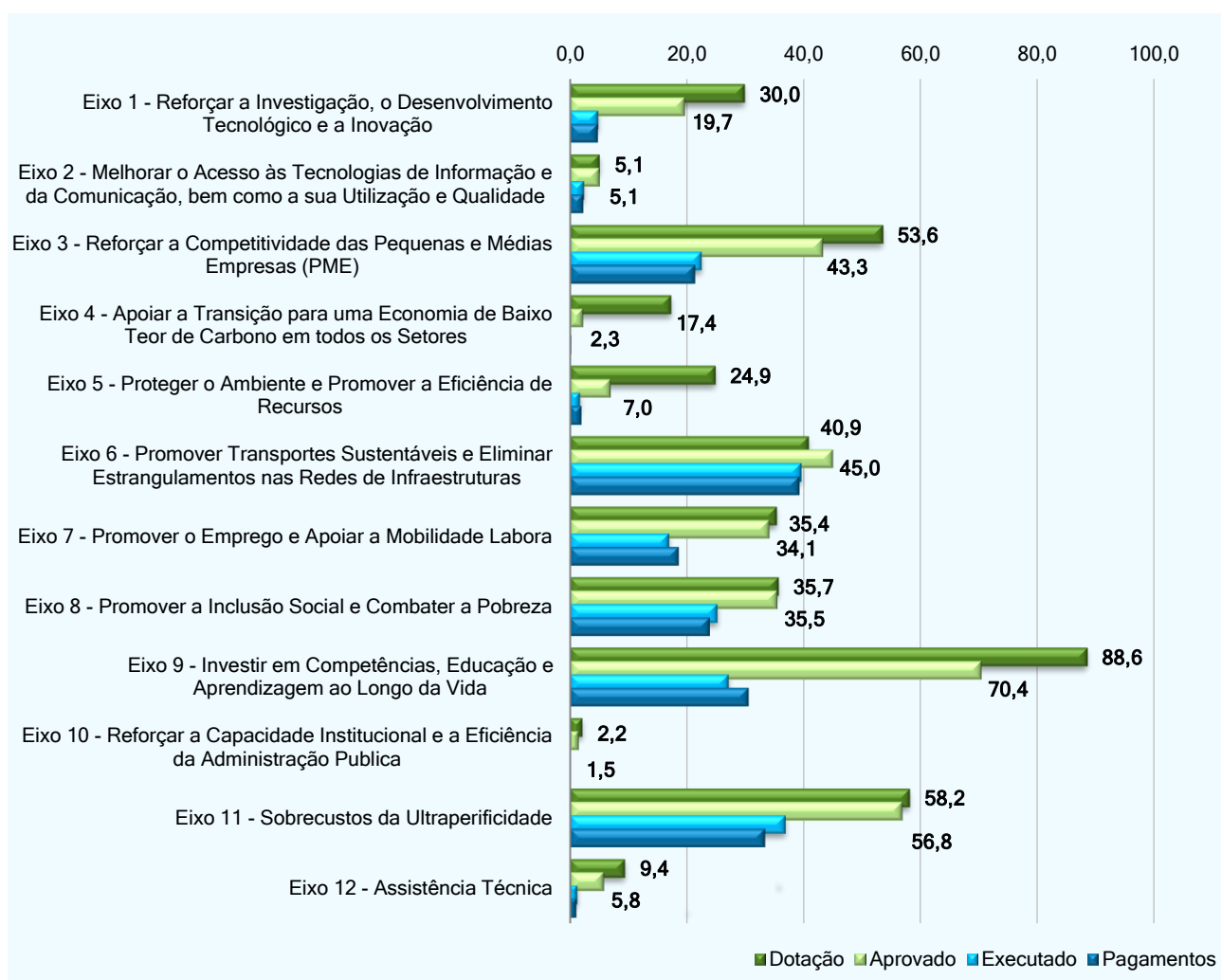


Desde a sua implementação, o Programa Madeira 14-20 já aprovou 3.040 candidaturas, que absorvem 81% do montante Fundo programado, ou seja, 326.534.239 euros Fundo (884.006.426 euros de Custo Total Elegível). Destas, 2.921 candidaturas foram aprovadas no âmbito do FEDER, ascendendo a 214.098.880 euros Fundo (751.729.533 euros de Custo Total Elegível), o que representa uma taxa de compromisso de 78% da dotação programada, sendo que, as restantes 119 candidaturas aprovadas, no valor de 112.435.359 euros Fundo (132.276.893 euros de Custo Total Elegível), foram cofinanciadas pelo FSE, tendo este Fundo comprometido 89% da sua dotação prevista.

Até 31.12.2018, o Programa já registava uma taxa de execução de 45%, com um montante validado de 178.848.602 euros Fundo (502.114.780 euros de Custo Total Elegível), com a vertente FEDER a atingir os 117.312.670 euros Fundo (429.719.567 euros de Custo Total Elegível), o que corresponde a uma taxa de execução de 43%, verificando-se um acréscimo de 17 p.p. face aos 26% registados em 2017.

Relativamente à componente FSE, apresentava uma taxa de execução de 48%, com um montante validado de 61.535.932 euros Fundo (72.395.214 euros de Custo Total Elegível), representando um acréscimo de 15 p.p. face aos 33% registados em 2017.

Gráfico 1 Montantes Programados/Aprovados/Executados/Pagos por Eixo Prioritário (Milhões de euros)



Pela análise do **Gráfico 1**, constata-se que nesta fase de desenvolvimento do Programa, os níveis de absorção de recursos FEDER apresentam-se significativamente concentrados no Eixo Prioritário 11. Sobrecustos da Ultraperiferidade, com 27% do valor FEDER aprovado. Seguem-se os Eixos Prioritários 6. Promover Transportes Sustentáveis e Eliminar Estrangulamentos nas Redes de Infraestruturas e 3. Reforçar a Competitividade das Pequenas e Médias Empresas, com 21% e 20%, respetivamente, do valor FEDER comprometido.

Na vertente FSE, o destaque vai para o Eixo Prioritário 9. Investir em Competências, Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, com 50% do valor FSE aprovado, seguido dos Eixos Prioritários 7. Promover o Emprego e Apoiar a Mobilidade Laboral (30% do valor FSE) e 8. Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza (19% do valor FSE).

Pode-se igualmente observar que os montantes FEDER executados apresentam-se significativamente concentrados no Eixo Prioritário 6, representando 34% do valor FEDER executado, seguido do Eixo Prioritário 11, com 31% do valor FEDER validado, e do Eixo Prioritário 3 (19% do valor FEDER).

De destacar, na componente FSE, o Eixo Prioritário 9, com 40% do valor FSE executado, seguido do Eixo Prioritário 8, que representa 33% do valor FSE validado.

No que se refere a Pagamentos, no final de 2018, este valor ascendia a 177.869.170 euros Fundo (111.442.280 euros referente à componente FEDER e 66.426.890 euros relativo à vertente FSE), com uma taxa de pagamentos de 44%.

Assim, tendo em conta os progressos significativos ocorridos em 2018 face ao ano anterior, constata-se que o Programa atingiu um bom ritmo de execução, perspetivando-se que sejam atingidos os objetivos e metas definidos.

Gráfico 2 Distribuição Fundo por Programação, Aprovação, Execução e Pagamentos

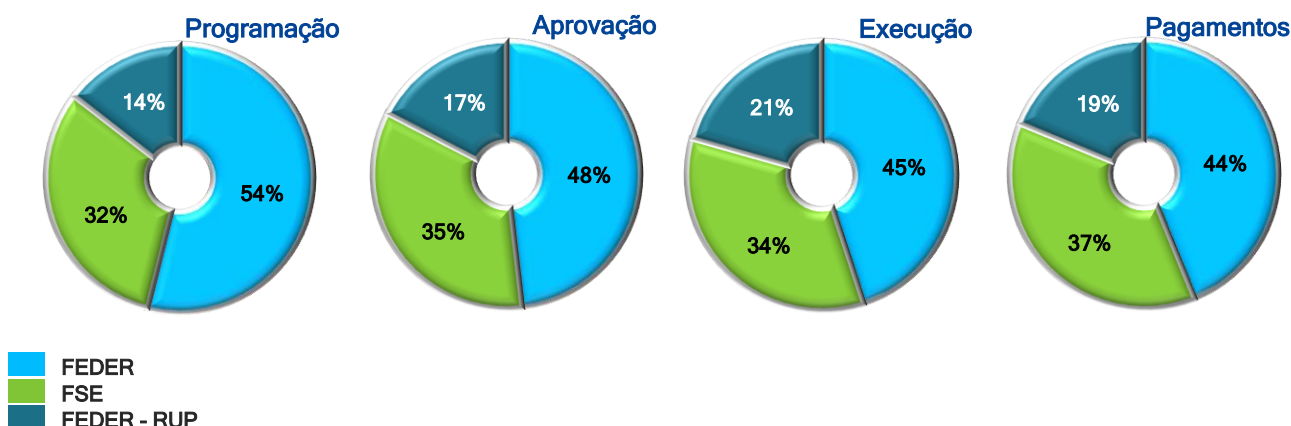
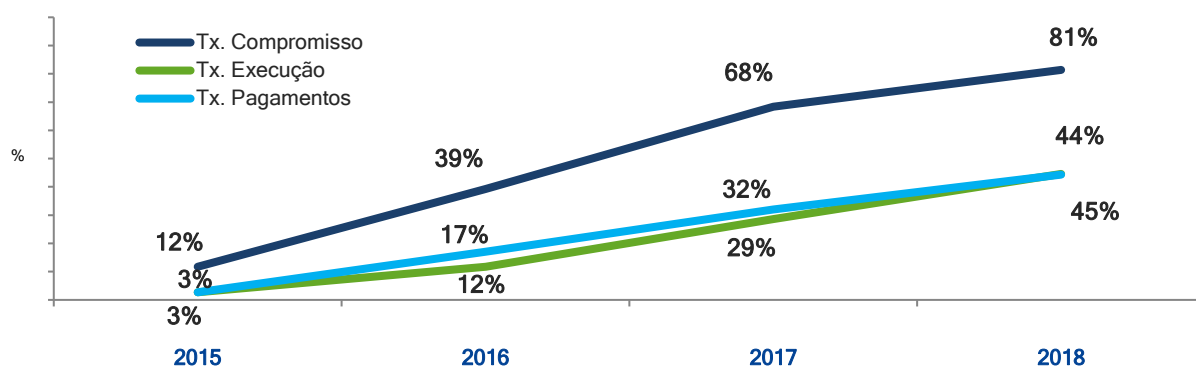


Gráfico 3 Evolução das Taxas de Compromisso, Execução e Pagamentos



No ano de 2018, face ao acumulado até ao ano anterior, destacam-se os seguintes números:

+970 Candidaturas aprovadas (aumento de 47%)
 +23 Candidaturas FSE (aumento de 24%)
 +947 Candidaturas FEDER (aumento de 48%)

+52,4 M€ de Fundo Comunitário aprovado (aumento de 19%)
 +13,8 M€ de FSE aprovado (aumento de 14%)
 +38,6 M € de FEDER aprovado (aumento de 22%)

+64,2 M€ de Fundo Comunitário executado (aumento de 56%)
 +19,2 M€ de FSE Executado (aumento de 45%)
 +45 M€ de FEDER Executado (aumento de 62%)

Taxa de compromisso global de 68% para 81%
 Taxa de execução global de 29% para 45%
 Taxa de pagamentos global de 32% para 44%

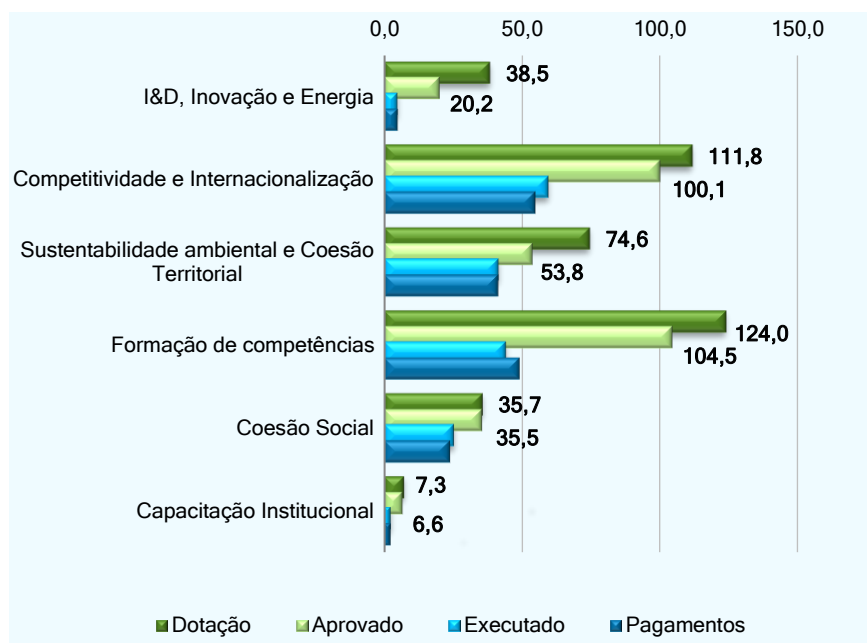
Em termos de fluxos financeiros com a CE, e em conformidade com a legislação em vigor, até 31.12.2018, o PO recebeu da CE o valor total de 190.672.956 euros (119.385.756 euros FEDER e 71.287.200 euros FSE). Refira-se que 29,1% deste montante foi recebido pela AG em 2018 (38.548.566 euros FEDER e 16 891 194 euros FSE).

No que se refere à certificação de despesa a 31.12.2018, a Autoridade de Certificação (AC) submeteu à CE, via SFC2014, o montante total de despesa pública de 192.457.043 euros (163.587.851 euros Fundo), sendo 130.128.293 euros, (110.608.413 euros Fundo), referente à componente FEDER e 62.328.750 euros, (52.979.438 euros Fundo), relativo à componente FSE.

O Gráfico 4 apresenta os valores do programa, distribuídos pelos domínios temáticos, que estão na base da conceção do Programa Madeira 14-20.

Destaque para os níveis de execução dos domínios Temáticos Formação de competências, Competitividade e internacionalização, mas também a Sustentabilidade ambiental e coesão territorial.

Gráfico 4 Montantes por Domínio Temático (Milhões de euros)



4. Resultados Alcançados

Relativamente aos progressos alcançados face aos objetivos do Programa, com base na análise dos indicadores de realização, podemos já constatar alguma dinâmica, de onde se destaca:

- EP 1 ✓ 2 infraestruturas de investigação apoiadas;
 - ✓ 27 projetos de I&D apoiados;
 - ✓ 99 investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas;
 - ✓ 17 empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado.
- EP 2 ✓ 3 projetos apoiados de disponibilização *online* de serviços públicos.
- EP 3 ✓ 46 novas empresas apoiadas, com um aumento de 116 empregos em empresas apoiadas;
 - ✓ 35 empresas que beneficiam de subvenções, com 1.765.283 euros de investimento privado paralelo ao apoio público às empresas e um aumento de 52 empregos em empresas apoiadas;
 - ✓ 91 empresas que beneficiam de subvenções, com 45.767.518 euros de investimento privado paralelo ao apoio público às empresas e um aumento de 497 empregos em empresas apoiadas.
- EP 4 ✓ 28 agregados familiares com consumo de energia melhorado;
 - ✓ redução das emissões de gases com efeito de estufa de 20 Toneladas de equivalente CO₂.
- EP 5 ✓ aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio, de 88.434 visitantes;
 - ✓ 1.120 m² de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas.
- EP 6 ✓ 2,5 km de rodovias regionais intervencionadas.
- EP 7 ✓ 4.831 desempregados abrangidos, incluindo desempregados de longa duração, dos quais, 2.053 homens e 2.778 mulheres.
- EP 8 ✓ 5.196 desempregados abrangidos, incluindo desempregados de longa duração, dos quais, 3.157 homens e 2.039 mulheres.
- EP 9 ✓ 4.317 Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação ISCED 3.
- EP 11 ✓ 1.178 empresas apoiadas no funcionamento.
- EP 12 ✓ 27.365 visitantes anuais ao sítio internet do PO.

5. Síntese dos principais problemas identificados que afetam o desempenho do Programa Operacional e medidas adotadas

Dimensões-problema

- ✓ As dificuldades no arranque em determinadas prioridades de investimento/tipologias de operação cofinanciados pelo FEDER e FSE, nomeadamente os instrumentos financeiros de capital/quase capital, de dívida/garantia e energia, a eficiência energética, a mobilidade elétrica, a reabilitação urbana, a IDT&I na vertente empresarial, a formação-ação, a formação na Administração Pública e a Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
- ✓ A complexidade na definição e publicitação da regulamentação específica e orientações técnicas de gestão, nomeadamente no que respeita a critérios de seleção e à definição de determinados indicadores de realização e de resultado (e respetivas metas);
- ✓ O desenvolvimento e implementação de determinadas funcionalidades nos sistemas de informação a ritmos não compatíveis com o arranque do Programa;
- ✓ Ritmos de execução de projetos em determinadas PI, não compatíveis com o grau de implementação do Programa; e
- ✓ Esgotamento das dotações programadas impedem a submissão de novas candidaturas.

Soluções adotadas

- ✓ Realização de reuniões de esclarecimento e de informação técnica entre a Autoridade de Gestão/Organismos Intermédios com os beneficiários/potenciais beneficiários e organismos responsáveis por determinados sectores que apresentam dificuldades no acesso ao Programa, com o objetivo de estimular e dinamizar a apresentação de candidaturas;
- ✓ Maior articulação entre a AG e a AD&C, no sentido de serem clarificadas determinadas matérias que possibilite uma melhor execução do Programa, nomeadamente ao nível dos indicadores, auxílios de Estado, custos simplificados e de enquadramento de determinadas candidaturas no Programa;
- ✓ Maior interação com os beneficiários e a aplicação de metodologias de custos simplificados, objetivam o incremento da execução;
- ✓ Possibilidade de existência de overbooking em determinados EP/PI que permitam a absorção integral das dotações programadas.

Estes constrangimentos induziram atrasos significativos ao nível do lançamento dos avisos para a apresentação de candidaturas, com repercussões ao nível da execução física e financeira do Programa, dificultando, em alguns Eixos Prioritários, as metas intermédias assumidas para o ano de 2018. No entanto, tendo em conta a dinâmica do Programa em 2018, com a abertura de avisos, a submissão de candidaturas, mitigando-se as dificuldades sentidas inicialmente, prevê-se dar cumprimentos às metas definidas para 2023.

6. Quadro de desempenho (objetivo intermédio para 2018)

O presente relatório servirá de base à análise e afetação da reserva de desempenho. Assim, tendo em conta os progressos alcançados, face aos objetivos e metas definidas no quadro de desempenho (objetivo intermédio para 2018), constata-se o cumprimento das mesmas na maioria dos Eixos:

EP 1	Cumprimento não garantido das metas (FEDER)		EP 7	Cumprimento integral das metas (FSE)	
EP 2	Cumprimento integral das metas (FEDER)		EP 8	Cumprimento integral das metas (FEDER)	
EP 3	Cumprimento integral das metas (FEDER)			Cumprimento integral das metas (FSE)	
EP 4	Cumprimento não garantido das metas (FEDER)		EP 9	Cumprimento não garantido das metas (FEDER)	
EP 5	Cumprimento não garantido das metas (FEDER)			Cumprimento integral das metas (FSE)	
EP 6	Cumprimento integral das metas (FEDER)		EP 10	Cumprimento não garantido das metas (FEDER)	
			EP 11	Cumprimento integral das metas (FEDER)	

Glossário de Siglas

AA	Autoridade de Auditoria	IDR, IP-RAM	Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
AC	Autoridade de Certificação	IGF	Inspeção-Geral de Finanças
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	IQ, IP-RAM	Instituto para a Qualificação, IP-RAM
AG	Autoridade de Gestão	OI	Organismo Intermédio
AT	Assistência Técnica	PEC	Plano Estratégico de Comunicação
CA	Comité de Acompanhamento	PME	Pequenas e Médias Empresas
CE	Comissão Europeia	PO	Programa Operacional
IQ, IP-RAM	Instituto para a Qualificação, IP-RAM	RAM	Região Autónoma da Madeira
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	RUP	Regiões Ultraperiféricas
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento	SIFSE	Sistema Informação para a gestão do Fundo Social Europeu
FSE	Fundo Social Europeu	SIGMA	Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projetos da Região Autónoma da Madeira
IDE, IP-RAM	Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM	EU	União Europeia

Ficha Técnica

Título: Relatório de Execução Anual do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 - Ano 2018
Resumo para os Cidadãos

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
Travessa do Cabido, nº 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000 / Fax: (+351) 291 214 001

Data de Edição: Junho de 2019

Informação disponível em www.idr.madeira.gov.pt

